

ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois de outubro de dois mil e dezoito, realizou-se a 118ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (MPMG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Ernani Ferreira Leandro (ACSCD), Rosilene Guedes Souza (CAU-MG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Ramon Silva Dias (SINDUSCON-MG), Weber Coutinho (PONTO TERRA), Fabiano Álvares da Silva (FLOLESTE) e Ronaldo Matias de Souza (COPASA).

Ausências justificadas: Josué Costa Valadão (SMOBI), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MINAS).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, iniciou a reunião registrando a existência de quórum e colocando em votação as atas das 116ª e 117ª reuniões ordinárias do COMUSA, ambas aprovadas por unanimidade com 9(nove) votos a favor.

Em seguida, passou para a pauta única da reunião, correspondente à apresentação pela SLU da Gestão de Resíduos Sólidos em Belo Horizonte. A palavra foi repassada, então, à conselheira do COMUSA e Diretora de Gestão e Planejamento da SLU, Patrícia de Castro Batista que procedeu à sua apresentação.

A palestrante iniciou sua apresentação com um panorama dos investimentos em resíduos sólidos no Município de Belo Horizonte, cujo orçamento anual é de 378 milhões de reais. A SLU presta diversos serviços à população, que incluem a coleta domiciliar de resíduos orgânicos e de rejeitos, a coleta seletiva, a limpeza de vias com serviço de varrição manual mecanizada, de esvaziamento e manutenção de cestos coletores, de capina e roçada das ruas, limpezas especiais de eventos, pichação, deposições clandestinas e o tratamento e disposição final dos resíduos coletados. Além disso, a SLU desenvolve programas de mobilização social e de educação ambiental.

Com relação à coleta domiciliar porta a porta, o serviço atende a 96% da população da cidade formal, sendo que as demais áreas correspondem a trechos de vias muito íngremes ou vias nas quais o caminhão de coleta não tem condição de manobrar. Nessas regiões os moradores depositam os resíduos em pontos próximos, atendidos pelas rotas dos caminhões. Nas vilas e favelas a coleta atende a um contingente correspondente a 72% da população.

Com relação à coleta seletiva, foi relatado que esta tem sido feita no sistema porta a porta, com frequência de uma vez por semana, abrangendo 36 bairros e cerca de 388 mil habitantes. São coletadas cerca de 442 toneladas de resíduos por mês, segundo dados de 2017. O quantitativo total deste material arrecadado pelas cooperativas e sua qualidade vem caindo em face da concorrência dos catadores individuais, que escolhem os resíduos de melhor qualidade. Outra forma de coleta seletiva são os LEV's, locais de entrega voluntária. Atualmente existem 70 pontos distribuídos pela cidade, que recebem um total da ordem de 167 toneladas por mês. O material mais coletado nos LEV's é o vidro. As cooperativas reúnem um contingente de cerca de 300 catadores.

Quanto ao serviço de varrição, foi informado que 96% da extensão das vias pavimentadas são varridas regularmente. Os 04% restantes correspondem a vias muito íngremes ou que estão localizadas em condomínios fechados. Por mês, a varrição realiza um quantitativo de 40.000 km de sarjeta varrida, 25.000 lixeiras esvaziadas e 2.100 km de vias capinadas ou roçadas.

Com relação ao tratamento e disposição final dos resíduos recolhidos, no aterro da BR-040 a SLU tem um programa de compostagem em que recebe vegetais *in natura* oriundos de sacolões, feiras livres e restaurantes populares, que são encaminhados para o pátio de compostagem. Atualmente, o pátio recebe cerca de 160 toneladas por mês de vegetais e a SLU está num processo de replanejamento para ampliação desta demanda. Quanto à exploração do biogás, o aterro da BR-040, implantado na década de 70, possui uma grande quantidade de material depositado lá que gera metano que era queimado. A partir de uma concessão feita pela SLU, esse material é coletado por dutos sendo usado como combustível por motores que geram energia elétrica que é injetada na rede da CEMIG. Nesses 10 anos de concessão deixaram de ir para a atmosfera cerca de 4 milhões de toneladas de gás carbônico. A mesma parceria foi feita no aterro de Macaúbas.

Atualmente, cerca de 64.000 toneladas por mês de resíduos orgânicos e rejeitos são destinados a Macaúbas para aterramento, sendo que 16.000 toneladas por mês, oriundos das URPV, deposições clandestinas, construção civil e outros itens volumosos vão para a área de triagem e transbordo. O Município dispõe hoje de 32 URPV. O material nobre de entulho de construção civil que não está contaminado por orgânicos é encaminhado para as duas estações de reciclagem de resíduos da construção civil e é transformado em agregados de construção, podendo ser usado para base ou sub-base de vias e para aterro.

Outras ações que a SLU faz são de mobilização social e de educação ambiental. Através dessas ações a SLU alcançou cerca de 25 mil pessoas no ano passado.

A SLU tem como marcos legais a Lei 12.305/2010 – instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instrumento máximo que rege a atuação da SLU e introduz a questão de responsabilidade compartilhada, conceito muito importante e que as pessoas têm muita dificuldade em absorver, de que o resíduo é responsabilidade de todos da cadeia produtiva: responsabilidade de quem fabrica, de quem consome, de quem vende e não só do Poder Público. Além deste, tem por diretriz a Lei Municipal 10.534/2012, que se encontra em processo de revisão e é o antigo regulamento de limpeza urbana, e a Lei 10.522/2012 sobre resíduos da construção civil. Vale destacar ainda o recém elaborado Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que será atualizado a cada 05 anos e que propõe todo o planejamento das ações da SLU.

As principais metas a serem alcançadas pela SLU correspondem ao aumento da coleta seletiva em 37%, universalização da limpeza de vilas, incluindo coleta porta-a-porta e limpeza de vias e redução do número de pontos de deposição clandestina.

Dentro do rol de atividades da SLU, os recursos do Fundo Municipal de Saneamento, aprovados no COMUSA, são utilizados, por força legal, para investimentos: aquisição de bens, elaboração de projetos e execução de obras. A maior parte desses recursos se destina hoje à coleta seletiva, com adequação e modernização do galpão de triagem da Rua Ituiutaba, a construção do galpão de triagem da BR-040 para

SOCIRECICLE, a aquisição de equipamentos de coleta seletiva ponto a ponto e a reforma e adequação dos galpões de triagem, principalmente na questão de projetos de incêndio. Atualmente 06 das URPV do Município estão em reforma, com recursos do contrato de manutenção da SMOBI. Para as 26 restantes foi feito levantamento de quantitativos e estão sendo elaborados os respectivos orçamentos para licitação. Estão em elaboração os projetos para 03 novas URPV, que se encontram em processo de licenciamento. Recursos do Fundo também estão sendo investidos no sistema de drenagem da CTRS BR-040 e na otimização do pátio de compostagem. Encontram-se em processo de licitação o cercamento do pátio e a aquisição de galpão e equipamentos para o mesmo e a modernização dos equipamentos das usinas de reciclagem.

Além disso, a SLU desenvolveu um plano de manejo com os usos previstos para a BR-040. Além da implantação de uma usina fotovoltaica para geração de energia, parte da área pode ser utilizada como parque e recreação. Com relação à área da antiga usina de entulhos no bairro Estoril, a mesma está sendo revitalizada para se transformar em um centro de referência de educação ambiental e de agricultura urbana.

Terminada a apresentação, o Conselheiro Ricardo Aroeira franqueou a palavra aos presentes, para suas considerações.

O conselheiro e representante da Associação de Bairros FLOLESTE, Fabiano da Silva, expressou sua preocupação no sentido de que deva ser agilizada a implantação de sistemas de combate a incêndio nos galpões de triagem, além da revitalização dos galpões da ASMARE, SOCIRECICLE e COOPERSOL LESTE. Em resposta, a palestrante disse que a SLU conseguiu um voluntário para proceder a implantação do sistema de combate a incêndio nos galpões e que está sendo realizado um levantamento cadastral nos galpões alugados, para averiguar o que precisa ser feito. Quanto à reforma dos galpões, o da Rua Ituiutaba depende de adequações para conseguir o licenciamento ambiental; o da SOCIRECICLE está aguardando o início das obras de construção do novo galpão e a PBH está procurando um novo espaço para alugar até que a obra seja finalizada e o da COOPERSOL Leste necessita de análise para ver se enquadra na legislação ambiental, para posteriormente angariar recursos para a reforma.

O conselheiro e representante da COPASA, Ronaldo Matias de Souza, perguntou sobre a arrecadação com a taxa de limpeza urbana.

A conselheira e representante do Ministério Público perguntou se a SLU vem trabalhando com acordos setoriais para implantar a logística reversa no município e se o serviço de limpeza urbana se paga, se a taxa de limpeza incide em todo município ou se existem zonas excluídas da arrecadação.

Em resposta aos questionamentos sobre a taxa de limpeza urbana, a palestrante esclareceu que a mesma é cobrada de forma discriminada na guia do IPTU. As famílias que são isentas do pagamento do imposto, não pagam a taxa. O valor da taxa só pode ser investido em serviços de coleta. Os serviços de limpeza, como limpeza de vias e pichações, por exemplo, não podem ser cobertos pela mesma, um déficit de 130 milhões de reais.

A conselheira e representante do Conselho de Arquitetura, Rosilene Guedes Souza questionou sobre os recursos disponíveis para o ano de 2018 e sua aplicação e a divulgação dos pontos de coleta seletiva. Em resposta, a representante da SLU disse que todos os gastos da SLU estão relacionados à concepção das metas da empresa e são explicitados no orçamento. Com relação à publicidade dos pontos de coleta

seletiva, a meta para este ano é de implantação de 80 LEV's e, para o próximo ano, mais 200 LEV's, para aumentar a arrecadação de material que chega às cooperativas.

O conselheiro e especialista Rogério Pena Siqueira fez suas considerações sobre a necessidade de modernização do sistema de coleta seletiva e questionou as possibilidades de geração de energia no aterro sanitário. Em resposta, a conselheira disse que estão em processo de contratação de usina fotovoltaica e usina de geração de energia a partir do resíduo de poda.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.